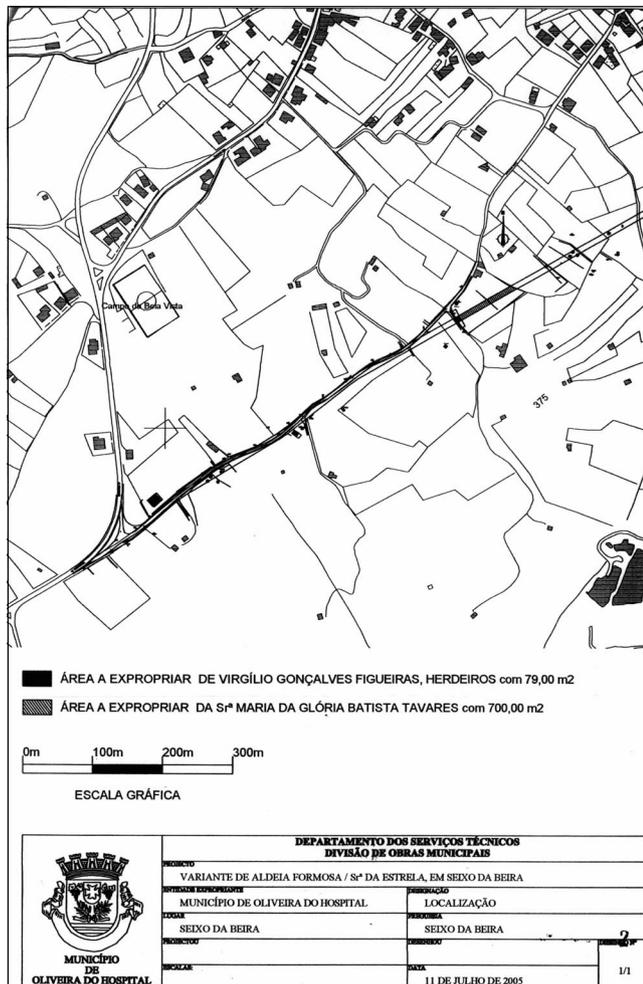


A expropriação destina-se à execução da variante de Aldeia Formosa-Nossa Senhora da Estrela.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica n.º 150/DSJ, de 14 de Novembro de 2005, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.065.05, daquela Direcção-Geral.

9 de Dezembro de 2005. — O Subdirector-Geral, *Domingos Pereira de Sousa*.



Instituto da Comunicação Social, I. P.

Despacho (extracto) n.º 26 504/2005 (2.ª série). — Por despacho da presidente do Instituto da Comunicação Social, I. P., de 27 de Junho de 2005:

Licenciada Maria Augusta Santana Bastos, técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal deste Instituto — autorizada licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a 1 de Novembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Dezembro de 2005. — A Directora do Departamento, *Maria de Aires Aleluia*.

Despacho (extracto) n.º 26 505/2005 (2.ª série). — Por despacho da presidente do Instituto da Comunicação Social, I. P., de 27 de Outubro de 2005:

José Manuel Chan Yen Lam, técnico profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal deste Instituto — autorizada a licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a 9 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2005. — A Directora do Departamento, *Maria de Aires Aleluia*.

Instituto do Desporto de Portugal

Despacho (extracto) n.º 26 506/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Dezembro de 2005 do vice-presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal:

Anabela da Silva Pereira de Araújo Guerreiro, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do ex-Centro de Estudos e Formação Desportiva — reclassificada para a categoria de técnica superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal do ex-Centro de Estudos e Formação Desportiva, ficando posicionada no escalão 1, índice 400, nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e da alínea d) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, considerando-se exonerada da actual categoria à data de aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Dezembro de 2005. — O Vice-Presidente, *João Manuel Bibe*.

Instituto Português da Juventude

Despacho (extracto) n.º 26 507/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Carla Cristina Pereira Pinto Ferreira Antunes, assistente administrativa do quadro de pessoal da Delegação Regional de Vila Real do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, do mesmo quadro (escalão 4, índice 254), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 508/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Manuel Jorge Pires Teixeira, técnico profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Bragança do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 295), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 509/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Maria Fátima Gonçalves Silva Marques Mendes, técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Lisboa do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 4, índice 274), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 510/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Idília Maria Martins Rocha Silva, técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Vila Real do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 511/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Conceição Maria Rondão Almeida Cardoso, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Delegação Regional de Évora do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo, do mesmo quadro

(escalão 1, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 512/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

António Costa Pinto, técnico profissional especialista do quadro de pessoal da Delegação Regional de Coimbra do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional especialista principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 360), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 513/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Natércia Augusta Ruas Santos, técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Coimbra do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 4, índice 274), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 514/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

António Manuel Costa Roçado, técnico profissional principal do quadro de pessoal da Delegação Regional de Viseu do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional especialista, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 4, índice 316), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 515/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Paulo Jorge Ribeiro Matos, técnico profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Viseu do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 3, índice 238), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 516/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Zita Maria Mendes Santos, técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Lisboa do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 517/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Ana Lúcia Primitivo Pinheiro Mestre (2.ª), técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Faro do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 295), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 518/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Sónia Maria Freitas Jesus (1.ª), técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Faro do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 4, índice 274), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 519/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Joaquina Maria Mirrado Caixeiro Ribeiro (2.º), técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Portalegre do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 520/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Altino José Pinheiro Barradas (1.º), técnico profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Portalegre do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Despacho conjunto n.º 1085/2005. — O n.º 2 do artigo 34.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, estipula que o aviso de abertura do concurso de ingresso no Centro de Estudos Judiciários, com indicação dos lugares a preencher, seja publicado durante o mês de Outubro.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, determina-se que são descongelados, com carácter excepcional, 100 lugares de auditores de justiça, sendo 45 para a magistratura judicial e 55 para a magistratura do Ministério Público, para frequência do XXV Curso Normal de Formação de Magistrados, a ter lugar no ano de actividades de 2006-2007 do Centro de Estudos Judiciários.

7 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Despacho conjunto n.º 1086/2005. — A formação médica especializada, após a licenciatura, é condição indispensável para o exercício tecnicamente diferenciado na respectiva área profissional de especialização e requisito específico para o ingresso em carreira, visando também a cobertura das necessidades da população nas diversas áreas profissionais.

Este processo formativo, previsto no Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, sob a forma de internato médico, é composto por um período de formação inicial com a duração de um ano e por um período subsequente de formação específica com duração variável, conforme a área profissional em causa, sendo a formação médica da responsabilidade do Ministério da Saúde. Este processo é precedido de concurso e realiza-se nos estabelecimentos e serviços prestadores de cuidados de saúde reconhecidos como idóneos para o efeito e de acordo com a sua capacidade formativa.

De acordo com o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, os internos do internato médico são colocados mediante contrato administrativo de provimento ou, caso sejam funcionários públicos, por nomeação em regime de comissão de serviço extraordinária.